

ATA N.º 1/2026

Reunião da Câmara Municipal do Mandato 2025/2029

Auditório do Edifício Paços do Concelho Séc. XXI

7 de janeiro de 2026

ÍNDICE

I	ABERTURA	1
II	PERÍODO PARA INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO.....	1
III	PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	2
	INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE.....	2
	INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR PAULO ROSÁRIO DIAS	3
	INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR GILBERTO VIEGAS.....	3
	INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR NUNO MARQUES	4
IV	ORDEM DO DIA	5
	ORDEM DO DIA	5
	PROPOSTAS SUBSCRITAS PELO SENHOR PRESIDENTE	5
	EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR NO LOTE 23 DO LOTEAMENTO MUNICIPAL DE BARÃO DE SÃO JOÃO" – TRABALHOS A MENOS – TRABALHOS COMPLEMENTARES – RATIFICAÇÃO.....	6
	EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE AMBULATÓRIO DE ALTA RESOLUÇÃO DE LAGOS" – 2025/300.10.001/39 - NÃO ADJUDICAÇÃO/EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO – RATIFICAÇÃO	7
	EMPREITADA DE "AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA EB 2,3 DAS NAUS" - TRABALHOS COMPLEMENTARES N.º 3 - RATIFICAÇÃO	8
	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA PARA O CONCELHO DE LAGOS – LIBERAÇÃO DA GARANTIA BANCÁRIA N.º 00125-02-2282673.....	9
	APROVAÇÃO DE ATAS	9
	ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 7 DE NOVEMBRO	9
	ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19 DE NOVEMBRO.....	9
V	ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO.....	10
VI	ENCERRAMENTO	11
	ATA EM MINUTA	11

ATA N.º 1/2026

Reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Lagos

Auditório do Edifício Paços do Concelho Séc. XXI

7 de janeiro de 2026

ABERTURA

PRESENCAS

Presidente Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira

Vice-Presidente Paulo Jorge Correia dos Reis

Vereadores Sara Maria Horta Nogueira Coelho

Luís Alberto Bandarra dos Reis

Gilberto Repolho dos Reis Viegas

Nuno Pedro dos Santos Borges Marques

Paulo Jorge do Rosário Dias

Estiveram ainda presentes para secretariar a reunião Maria da Conceição Pacheco Centeno Santa Clara Gomes, Chefe da Divisão Jurídica, coadjuvada pelo Assistente Técnico, Tiago de Oliveira Freire.

O Senhor Presidente, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião pelas 15 horas e 4 minutos.

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO

Declarado aberto o período para intervenção do público, intervieram os seguintes cidadãos:

Sofia Fogaça Jardim Portela (Ficha de Participação n.º 1428/2026: Em representação do movimento "Mata Viva", constituído após o incêndio ocorrido na freguesia de Barão de São João, com vista à colaboração com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), o Município e outras entidades na regeneração da Mata de Barão, apresentou a proposta de desenvolvimento de um projeto piloto que consiste na criação e manutenção participativas de uma área experimental com biodiversidade autóctone, solicitando a participação da Câmara Municipal nas reuniões do referido movimento.

O **Senhor Presidente** felicitou o movimento, que tem vindo a acompanhar, referindo que a

proposta será encaminhada para a Proteção Civil e para os demais serviços envolvidos na matéria.

Rita Isabel Fernandes da Silva (Ficha de Participação n.º 1430/2026): Relativamente à temática das alterações climáticas, elogiou algumas iniciativas já em curso no Município, questionou quais os próximos passos previstos, manifestou disponibilidade para o envolvimento em projetos e medidas a desenvolver e enumerou algumas ideias que o Município poderia implementar.

O **Senhor Presidente** agradeceu a preocupação manifestada, assegurando que o Município se mantém atento à matéria, referindo que se encontra em execução um plano intermunicipal envolvendo todos os concelhos do Algarve, que deverá ser continuamente ajustado face às alterações que têm vindo a ser observadas, sublinhando que se trata de uma realidade atual à qual todos os territórios e cidadãos terão de se adaptar.

António Manuel Correia dos Santos (Ficha de Participação n.º 1431/2026): Manifestou preocupação com diversas problemáticas na cidade de Lagos, nomeadamente a circulação de trotinetes no centro da cidade e o mau estado de algumas vias. Abordou ainda a questão da criminalidade, e perguntou o ponto da situação relativamente à implementação de videovigilância. Falou da recuperação do património, em particular a Igreja de São Sebastião. Por fim, questionou o ponto de situação da proposta anteriormente apresentada à Câmara Municipal relativa ao espólio do seu pai, artesanato em madeira, sobre a qual ainda não obteve resposta.

O **Senhor Presidente** esclareceu que se aguarda a validação e aprovação por parte da Administração Interna para a instalação do sistema de videovigilância, referindo que, este sistema não irá resolver por si só a problemática da criminalidade, porém, constituirá um importante apoio à Polícia de Segurança Pública. Relativamente às trotinetes, informou que o Município nunca autorizou trotinetes para exploração comercial, e as que circulam são de uso pessoal. Quanto à Igreja de São Sebastião, referiu que se manifestou junto do Estado Central a disponibilidade do Município para assumir a intervenção necessária à sua recuperação. No que respeita à proposta de entrega do espólio ao Município pelo valor indicado pela família, informou que os serviços municipais irão proceder à respetiva avaliação ao longo do ano.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Informações do Presidente

De seguida, o Senhor Presidente apresentou a relação dos assuntos mais relevantes da atuação do executivo municipal em regime de tempo inteiro, no período decorrido desde a última reunião de Câmara: **1.** Cerimónia de Entrega das Novas Viaturas à PSP e GNR (5 de janeiro de 2026); **2.** 22.º Aniversário da ERPI Rainha D. Leonor, Santa Casa da Misericórdia de Lagos (06 de janeiro de 2026); **3.** Sorteio dos vales de Natal, com ACRAL – Posto de Turismo de Lagos (06 de janeiro de 2026).

Intervenção do Senhor Vereador Paulo Rosário Dias

O Senhor Vereador Paulo Rosário Dias apresentou os seguintes assuntos:

1. Requerimentos anteriores: Referiu que aguarda resposta aos pedidos anteriormente efetuados, nomeadamente quanto à rotunda da “Escultura dos Ferros Vermelhos”, e quanto à vistoria da Escola das Naus.

O **Senhor Presidente** informou que as respostas se encontram em fase de preparação, referindo que alguns dos assuntos solicitados exigem mais tempo de recolha e análise por parte dos serviços, os quais farão chegar a informação logo que possível.

2. Estrada da Meia Praia: Alertou para a recolha deficiente de resíduos nas ilhas ecológicas e para a necessidade de instalação de redutores de velocidade naquela via.

O **Senhor Presidente** referiu que a ALGAR tem dificuldades em responder às exigências da região, situação que não se verifica apenas na Meia Praia, acrescentando que existe também incumprimento por parte de alguns munícipes na correta separação dos resíduos. Informou que já foram colocadas lombas ao longo da estrada, que o assunto continua em avaliação.

Intervenção do Senhor Vereador Gilberto Viegas

O Senhor Vereador Gilberto Viegas apresentou os seguintes assuntos:

1. Conservação do Património – Referiu que o molhe adjacente ao Forte Pau da Bandeira se encontra cada vez mais degradado, recomendando a execução imediata do projeto de intervenção, sob pena de se perder aquele património. Solicitando informação, designadamente relatório técnico, sobre as intervenções já realizadas, bem como sobre o respetivo grau de execução. Com vista ao esclarecimento sobre a entidade competente para executar a intervenção, propôs que o protocolo existente com a Docapesca fosse lido e analisado numa próxima reunião de Câmara.

O **Senhor Presidente** afirmou que não se deve restringir a análise apenas ao protocolo existente, esclarecendo que não subsistem dúvidas quanto às competências envolvidas, referindo que é da responsabilidade da DGRM-Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e

Serviços Marítimos, nomeadamente ao nível da manutenção dos cais, competindo à Docapesca os licenciamentos daquela zona, tendo esta entidade solicitado reiteradamente à DGRM a realização de intervenções. Tratando-se de matérias de natureza legal, o Município apenas poderá intervir mediante autorização da entidade competente, o que fará logo que tal seja possível e desde que existam condições orçamentais para o efeito. Acrescentou, por fim, que se encontra solicitada uma reunião técnica com o Senhor Secretário de Estado, tendo em vista a preocupação com toda a frente mar/Avenida, prevendo-se que a mesma tenha lugar ainda no mês de janeiro.

2. Empreitada para pavimentação das vias – Questionou sobre o estado de maturidade do projeto e o grau de execução em que se encontra, bem como em que locais foram executados os trabalhos.

O **Senhor Presidente** referiu que o procedimento decorre há algum tempo, não tendo presente, de momento, os locais específicos.

3. Contrato trabalho – Solicitou a consulta do processo relativo ao contrato de trabalho de uma assistente operacional que cessou durante o período experimental e ao respetivo relatório de avaliação.

O **Senhor Presidente** informou que o processo será disponibilizado.

4. Viaturas cedidas– Questionou em que termos foram colocadas as viaturas à disposição da PSP e da GNR.

O **Senhor Presidente** esclareceu que as viaturas foram adquiridas pelo Município e que foi celebrado um protocolo de cedência, ficando as respetivas despesas a cargo das referidas forças de segurança.

Intervenção do Senhor Vereador Nuno Marques

O Senhor Vereador Nuno Marques apresentou os seguintes assuntos:

1. Sociedade Filarmónica 1.º de Maio – Solicitou informação sobre a resposta ao pedido apresentado pela Sociedade Filarmónica, relativo à recuperação do edifício e da Praça d'Armas.

O **Senhor Presidente** esclareceu que o concurso anteriormente lançado foi revogado por não terem sido apresentadas propostas, devido ao valor e à complexidade da intervenção. Foi, então, proposta a abertura de novo concurso com valor superior, informação que já foi transmitida à Sociedade Filarmónica.

2. Escola das Naus – Pediu a atualização da informação relativamente às questões relacionadas com as condições da escola.

A **Senhora Vereadora Sara Coelho** informou que o projeto está concluído, tendo sido já instalados o ensombramento, o telheiro, a proteção na paragem dos autocarros e a barreira de

proteção, faltando apenas confirmar a questão da iluminação. Relativamente ao plano de emergência, informou que está concluído e que toda a equipa se encontra formada. Quanto à obra em concreto, indicou que os prazos estão a ser cumpridos.

3. Pedidos de documentação – Refere que, foram solicitadas diversas informações, nas últimas reuniões, e os pedidos foram apresentados também por escrito, não tendo ainda sido obtidas as respetivas respostas.

O **Senhor Presidente** informou que alguns dos assuntos já foram despachados e que as respostas deverão ser disponibilizadas em breve.

4. Quiosques encerrados na via pública – Questionou se houve alguma evolução quanto à utilização dos quiosques atualmente encerrados, se existem intenções ou projetos para que voltem a desempenhar a sua função, alertando para a sua degradação devido à falta de uso.

O **Senhor Presidente** informou que o quiosque do Bairro da Abrótea será desmontado, assim como o do Bairro Operário, sendo que no lugar deste último será requalificado com a colocação de uma peça escultórica. Relativamente ao quiosque do Anel Verde, existem propostas de dois clubes ligados à modalidade de skate, estando a Câmara a avaliar se será mantido ou desativado.

5. Obras particulares inacabadas – Referiu como exemplos, um edifício inacabado na zona da Praia do Pinhão, há cerca de uma década e outro na Avenida das Comunidades, junto ao miradouro, e solicitou esclarecimentos sobre os motivos que levaram à paralisação dos trabalhos.

O **Senhor Presidente** informou que não dispunha de informação para responder, mas que iria encaminhar para os serviços fazerem o ponto de situação.

INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO Quando eram 16 horas e 55 minutos, o Senhor Presidente declarou interrompidos os trabalhos da reunião para um pequeno intervalo, tendo os mesmos recomeçado pelas 17 horas e 19 minutos, com a presença da totalidade dos membros.

ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA A Câmara, por votação nominal, deliberou fazer constar que aceitou, por **unanimidade**, e em minuta, proceder à apreciação de todos os assuntos que foram objeto de deliberação na presente reunião.

(Deliberação n.º 1/2026)

PROPOSTAS SUBSCRITAS PELO SENHOR PRESIDENTE

EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR NO LOTE 23 DO LOTEAMENTO MUNICIPAL DE BARÃO DE SÃO JOÃO" – TRABALHOS A MENOS – TRABALHOS COMPLEMENTARES – RATIFICAÇÃO

Proposta n.º 72/2025, de 18 de dezembro:

*"No âmbito da empreitada em epígrafe, **proponho** a ratificação do meu despacho, de 18 de dezembro de 2025, abaixo transcrito, proferido sobre os trabalhos a menos e os trabalhos complementares:*

"Nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro (CCP), dou a minha concordância ao proposto na Informação n.º 59806, de 23 de outubro de 2025, da Divisão de Estudos, Projetos e Empreitadas, decidindo o seguinte:

- 1. Aceitar trabalhos a menos, no montante de 12 749,31 EUR (doze mil, setecentos e quarenta e nove euros e trinta e um cêntimos), acrescido do IVA, cujo montante será deduzido ao preço contratual nos termos previstos no n.º 2 do artigo 379.º do CCP*
- 2. Aprovar os trabalhos complementares no montante de 72 851,39 EUR (setenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e um euros e trinta e nove cêntimos), acrescido do IVA, com os fundamentos expressos na documentação em análise e em cumprimento do artigo 370.º do CCP, cujo prazo de execução é de 130 dias, incluído no prazo de execução da empreitada, até 19 de fevereiro de 2026.*
- 3. Notificar o empreiteiro do decidido em 1. e 2.*
- 4. Notificar, ainda, o empreiteiro para no prazo acima referido, prestar caução no montante de 3642,57 EUR (três mil, seiscentos e quarenta e dois euros e cinquenta e sete cêntimos), excluindo o IVA, correspondente a 5% do valor dos trabalhos complementares, cumprindo o disposto nos artigos 89.º e 90.º do CCP.*
- 5. Dar conhecimento à Equipa de Fiscalização e Gestão de Contrato, do teor do presente despacho.*
- 6. Remeter o processo à Divisão Jurídica – Serviço de Contratos, para os efeitos previstos no artigo 375.º do CCP.*

A presente decisão, constituindo uma competência da Câmara, está sujeita a ratificação, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e foi tomada face à urgência de que a mesma se reveste.

À Reunião de Câmara para ratificação. ""

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **maioria**, aprovar a proposta. Abstiveram-se os Senhores Vereadores Gilberto Viegas e Nuno Marques.

(Deliberação n.º 2/2026)

EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE AMBULATÓRIO DE ALTA RESOLUÇÃO DE LAGOS" – 2025/300.10.001/39 – NÃO ADJUDICAÇÃO/EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO – RATIFICAÇÃO

Proposta n.º 74/2025, de 22 de dezembro:

*"No âmbito do procedimento concursal em epígrafe, **proponho** a ratificação do meu despacho de 22 de dezembro de 2025, abaixo transcrito, proferido sobre as Informações n.º 62638, de 11 de novembro de 2025, da Divisão de Estudos, Projetos e Empreitadas e n.º 66560, de 28 de novembro de 2025 da Divisão de Gestão de Fundos de Financiamento, Empreendedorismo e Turismo:*

"Considerando que:

- a) Foi celebrado, entre o Município de Lagos e a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., o contrato de financiamento – Projeto n.º 4442, para a concretização do investimento C01-i01 – Cuidados de saúde primários com mais respostas - Submedida i1.07, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cujo financiamento apenas será assegurado até 31 de agosto de 2026;*
- b) O prazo de execução da empreitada, fixado em 365 dias, não se enquadra no prazo de elegibilidade do referido financiamento, não estando previstas novas medidas de republicação de avisos ou de atribuição de financiamentos;*
- c) O procedimento em epígrafe, desenvolvido na sequência do contrato de financiamento referido em a), encontra-se a aguardar a apresentação de propostas, até às 17:00 horas do dia 29 de dezembro de 2025;*

Decido, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro (CCP), o seguinte:

- a) Determinar a não adjudicação do procedimento em epígrafe e a sua consequente extinção, em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 79.º do CCP, decisão que determina a revogação da decisão de contratar (artigo 80.º, n.º 1), tomada na Reunião de Câmara de 1 de outubro de 2025 (Deliberação n.º 295/2025).*
- b) Remeter o processo à Divisão de Estudos, Projetos e Empreitadas, enquanto serviço requisitante, para avaliação e eventuais ajustamentos ao projeto de execução, aprovado por meu despacho de 14 de abril de 2025, bem como promover os demais procedimentos consequentes.*
- c) Comunicar a presente decisão à Divisão Financeira, para verificação de fundos disponíveis do Município e fonte de financiamento.*

d) Remeter à Divisão de Gestão de Fundos de Financiamento, Empreendedorismo e Turismo a presente decisão, para conhecimento e inclusão em futura candidatura, no âmbito do quadro comunitário em vigor.

A presente decisão, constituindo uma competência da Câmara, está sujeita a ratificação, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e foi tomada face à urgência de que a mesma se reveste.

À Reunião de Câmara para ratificação.”

O **Senhor Vereador Paulo Rosário Dias** lamentou a extinção do procedimento, admitindo que a situação poderia decorrer da ambição e complexidade do projeto. Manifestando expectativa de que o mesmo seja ajustado e enquadrado em novas oportunidades de financiamento, garantindo a sua concretização.

O **Senhor Vereador Nuno Marques** solicitou esclarecimentos adicionais sobre o procedimento, designadamente quanto ao facto de o concurso ter apresentado propostas acima do preço base, o que, no seu entender, revela erros técnicos relevantes para este cálculo. Questionou ainda se a extinção do procedimento decorre de imposição legal associada ao financiamento ou de uma decisão do executivo, bem como quais os passos seguintes, prazos e modelo de financiamento previstos para garantir a concretização do projeto. Manifestou preocupação com a incerteza em torno da execução e do financiamento do novo edifício do Centro de Saúde de Lagos, salientando que não há garantias de que a obra venha a servir efetivamente para as valências previstas nem de que os serviços funcionem como planeado.

O **Senhor Presidente** esclareceu que a empreitada estava enquadrada no PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), cujo prazo de elegibilidade termina em 2026, sendo, portanto, incompatível com o prazo de execução da obra. Referiu, ainda, que o programa foi definido pelas entidades de saúde, não tendo o primeiro procedimento obtido propostas viáveis, razão pela qual houve necessidade da revisão do valor estimado.

A Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) confirmou que apenas seriam elegíveis obras integralmente concluídas até ao fim do PRR, tornando o financiamento inviável. Por isso, foi determinada a extinção do procedimento, com revisão técnica obrigatória do projeto antes da abertura de novo concurso, implicando atrasos e custos adicionais. Garantiu que se mantém a intenção de executar a obra, com financiamento comunitário ou recursos próprios, e que o novo edifício dará dignidade às instalações e aos profissionais, permitindo reorganizar os serviços, ampliar a capacidade e melhorar o atendimento à população.

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **maioria**, aprovar a proposta. Abstiveram-se os Senhores Vereadores Gilberto Viegas e Nuno Marques, que apresentaram a seguinte declaração de voto: “A *desistência da intenção de contratar a empreitada ocorre menos*

de um ano após o lançamento do procedimento e da nota pública da Câmara Municipal que fazia crer que a obra iria mesmo ser uma realidade. Junho de 2026 seria a data prevista para a conclusão. Não é "só" a palavra dada que não foi honrada ou os 5 milhões de euros do PRR que se perdem, como se de um valor irrisório se tratasse. É, sobretudo, mais uma oportunidade adiada de melhoria da prestação dos cuidados de saúde em Lagos que não se soube aproveitar."

(Deliberação n.º 3/2026)

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA PARA O CONCELHO DE LAGOS –
LIBERAÇÃO DA GARANTIA BANCÁRIA N.º 00125-02-2282673**

Proposta n.º 75/2025, de 31 de dezembro:

"- Considerando que o contrato celebrado em 11 de novembro de 2021, visado pelo tribunal de contas em 24 de janeiro de 2022, com a EcoAmbiente – Serviços e Meio Ambiente, S.A., para a aquisição de serviços de limpeza urbana para o concelho de Lagos, terminou em 23 de janeiro de 2025;

- Considerando o teor da informação n.º 67336 de 4 de dezembro de 2025 do Departamento de Sustentabilidade Ambiental e Urbana/Divisão do Ambiente, que refere que as obrigações contratuais foram cumpridas na totalidade.

Proponho:

- A liberação da garantia bancária n.º 00125-02-2282673, no valor de 191 449,98 EUR (cento e noventa e um mil quatrocentos e quarenta e nove euros e noventa e oito cêntimos), emitida em 2 de novembro de 2021, pelo Banco Comercial Português, S.A., nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 295.º do CCP."

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta.

(Deliberação n.º 4/2026)

APROVAÇÃO DE ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 7 DE NOVEMBRO A Câmara, por votação nominal deliberou por unanimidade, aprovar a ata da reunião pública ordinária realizada no dia 7 de novembro de 2025, previamente distribuída ao Executivo Municipal.

(Deliberação n.º 5/2026)

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19 DE NOVEMBRO A Câmara, por votação nominal deliberou por unanimidade, aprovar a ata da reunião pública ordinária realizada no dia 19 de novembro de 2025, previamente distribuída ao Executivo Municipal.

ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO

FINANÇAS MUNICIPAIS Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 06 de janeiro de 2026, que acusava um saldo em dinheiro de **38 203 948,23€ (trinta e oito milhões duzentos e três mil novecentos e quarenta e oito euros e vinte e três cêntimos)**

A Câmara tomou conhecimento.

CORRESPONDÊNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A Câmara tomou conhecimento Ofícios Circulares n.ºs 440 de 30 de dezembro, 441 e 442 de 31 de dezembro de 2025 da Assembleia Municipal de Lagos informando das Deliberações tomadas na 1.ª e 2.ª Reunião da sua Sessão Ordinária de dezembro/2025, realizada nos dias 29 e 30 de dezembro, respetivamente.

DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS E SUBDELEGADAS – DIVISÃO FINANCEIRA A Câmara tomou conhecimento das decisões dos membros do executivo, proferidas ao abrigo de competências delegadas e subdelegadas, no período compreendido entre 17 e 22 de dezembro de 2025.

DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS E SUBDELEGADAS – DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCAÇÃO E CULTURA (DDSEC) A Câmara tomou conhecimento das decisões dos membros do executivo, proferidas ao abrigo de competências delegadas e subdelegadas, no período compreendido entre 15 e 23 de dezembro de 2025.

DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS E SUBDELEGADAS – DIVISÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E EMPREITADAS A Câmara tomou conhecimento das decisões dos membros do executivo, proferidas ao abrigo de competências delegadas e subdelegadas, no período compreendido entre 15 e 18 de dezembro de 2025.

DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS E SUBDELEGADAS – SECÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS A Câmara tomou conhecimento das decisões dos membros do executivo, proferidas ao abrigo de competências delegadas e subdelegadas, no período compreendido entre 16 e 18 de dezembro de 2025.



DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS E SUBDELEGADAS – UNIDADE TÉCNICA DE CONCURSOS DE PROJETOS E EMPREITADAS (UTCPE) A Câmara tomou conhecimento das decisões dos membros do executivo, proferidas ao abrigo de competências delegadas e subdelegadas, no período compreendido entre 15 e 23 de dezembro de 2025.

DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS E SUBDELEGADAS – GABINETE MÉDICO VETERINÁRIO (GMV) A Câmara tomou conhecimento das decisões dos membros do executivo, proferidas ao abrigo de competências delegadas e subdelegadas, no período compreendido entre 22 e 31 de dezembro de 2025.

ENCERRAMENTO

ATA EM MINUTA Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, bem como do disposto no artigo 19.º do Regimento da Câmara Municipal de Lagos, e ainda do artigo 34.º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara deliberou por **unanimidade**, aprovar a ata em minuta para efeitos da sua executoriedade imediata.

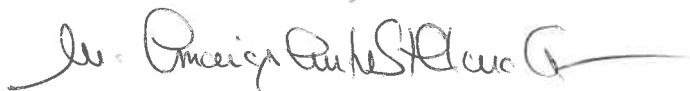
(Deliberação n.º 7/2026)

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente pelas 18 horas e 14 minutos, declarou encerrada a reunião, da qual se elaborou a presente ata que, nos termos do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atualizada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pela Chefe da Divisão Jurídica, da Câmara Municipal que a secretariou e mandou lavrar.

O Presidente da Câmara,



A Chefe da Divisão Jurídica, (Secretária),



A ata foi aprovada, por unanimidade
em reunião de Câmara de
04/03/2026
Deliberação n.º 71/2026
A Secretária,

(04/03/2026)